ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DE UM PROCESSO URBANO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE: JOVENS DO PINHEIRINHO DOS PALMARES

Autores:
Vanda de Souza Siqueira - Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP - vandasiqueira14@gmail.com
Pedro Ribeiro Moreira Neto - Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP - pedroribeiromoreira@gmail.com
Paula Vilhena Carnevale Vianna - Faculdade Medicina Anhembi Morumbi SJC - paulacarnevale@uol.com.br
Valéria Regina Zanetti - Universidade do Vale do Paraíba -UNIVAP - vzanetti@univap.br

Resumo:

RESUMO: Este artigo, de caráter exploratório, investigativo, com foco na abordagem qualitativa, pretende discutir a relação entre a cidade de São José dos Campos/SP, seus habitantes e suas memórias. Busca-se entender o processo de desocupação urbana e reintegração de posse do bairro Pinheirinho, em 2012, tendo como fonte as memórias de jovens de 15 a 17 anos, à época ainda crianças, bem como as lembranças de suas mães. Os conceitos de memória social, esquecimento, silêncio e as reflexões sobre a “alma da cidade” nortearam a pesquisa. Procura-se conhecer a perspectiva dos jovens que experimentaram, durante cinco anos, as vivências da ocupação, da desocupação, das moradias transitórias, até a realocação das famílias, em 2016, para uma região periférica da cidade. A pesquisa revelou memórias de jovens que contrastam o perfil da próspera cidade tecnológica com a ausência de políticas públicas que garantam o direito básico à moradia, direito prescrito pela constituição.

MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS DE UM PROCESSO URBANO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE: JOVENS DO PINHEIRINHO DOS PALMARES

MEMORIES AND EXPERIENCES ON AN URBAN OWNER REPOSSESSION PROCESS: YOUNGSTERS FROM PINHEIRINHO DOS PALMARES

RESUMO

Pretende-se neste artigo lançar luz sobre a relação entre a cidade de São José dos Campos/SP, seus habitantes e suas memórias. Para tanto, busca-se entender o processo de desocupação urbana e reintegração de posse, ocorridos no bairro Pinheirinho, no município destacado, em 2012, tendo como fonte as memórias e percepções de jovens de 15 a 17 anos, à época ainda crianças, bem como as lembranças de suas mães. Para tal, foram usados os conceitos de memória, esquecimento e silêncio de Michael Pollak e de memória coletiva de Maurice Halbwachs, apoiados em reflexões sobre a “alma da cidade”, como conceituada por James Hillman. Objetiva-se, neste trabalho, conhecer a perspectiva desses jovens que experimentaram, todo esse processo desde as vivências da ocupação e do evento da desocupação com a reintegração de posse, às experiências posteriores, das moradias transitórias, até a realocação das famílias, em 2016, para uma região periférica da cidade. A pesquisa é de caráter exploratório, investigativo, com foco na abordagem qualitativa, conduzida por meio de encontros temáticos com grupo focal de 16 jovens, e entrevistas com as mães. Os resultados parciais da pesquisa revelam a contradição de uma cidade próspera de médio porte e as vivências a que foram submetidos esses jovens e suas famílias, em função da ausência de políticas públicas habitacionais adequadas que garantissem o direito básico à moradia, e de um olhar mais humano e solidário para com essa população. Memórias e sentimentos diversos permeiam a trajetória dessas pessoas nos diferentes momentos e territórios percorridos, onde guardam afetos, dores e esperanças.

ABSTRACT

This paper aims to highlight the relationship among the city of Sao Jose dos Campos, São Paulo, its dwellers, and their memories. We intended to understand the urban removal and owner repossession processes taking place in the neighborhood known as "Pinheirinho", held in 2012, through the testimonies of 15 to 17 year-old-teenagers, who were children at the time, and their mothers. For that purpose, the concepts of memory, forgetfulness, and silence, from Michael Pollak and collective memory, from Maurice Halbwachs were used, supported by the reflections of James Hillman on "the city soul". Our purpose was to learn the perspective of these youngsters who, for five years, suffered this process, experiencing occupation, removal, and reallocation to further developments, including temporary housing, until the reallocation of the families to a city suburb in 2016. The exploratory survey has a qualitative approach, supported by focus group interviews at themed meetings. Preliminary results show the conflicts depicted within this wealthy medium size city, where youngsters and their mothers experienced the absence of both proper housing policies to assure them the basic right to a house, and a more human and supporting policy perspective. Memories and a range of feelings pervade the paths

of these people in the different moments and territories they have been through, where they shelter affection, pain, and hope.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Urbano, Reintegração de posse, Memórias, Periferização, Jovens.

KEY WORDS: Urban Planning, Repossession, Memories, Peripheralization, Youngsters.

A CIDADE E AS MEMÓRIAS

São José dos Campos com população estimada de 695.163 habitantes (2018), sendo 97,97% urbana e se posiciona entre os 10 municípios que mais contribuem para o produto interno bruto (PIB) do Estado de São Paulo (Fundação Sistema Estadual, s/d). A cidade é conhecida como polo tecnológico e sua localização estratégica, no eixo Rio-São Paulo, a 100 km da capital, combinada às políticas de desenvolvimento industrial que se deram a partir das décadas de 1950, com ponto culminante na década de 1970, favoreceu seu crescimento. Nessa cidade foram cunhadas, de acordo com a época e com os interesses políticos hegemônicos, memórias possíveis que, sobrepostas a outras – sobretudo às que se contrapunham à imagem da cidade que se queria projetar – promoveram o apagamento de paisagens antigas, construindo, como camadas, novas paisagens e histórias (ZANETTI, 2010).

As memórias podem ser pensadas a partir de perspectivas diversas, memórias individuais e coletivas, históricas e sociais, podendo um mesmo fato suscitá-las de formas diferentes. Uma das vias de acesso às memórias é a oralidade, enfatizada por Michael Pollak (1989) como fonte de pesquisa, sobretudo para dar voz àqueles que não escrevem a história oficial, ou seja, os excluídos, os marginalizados e as minorias. A história oral, segundo Pollak (1989, p. 4), "ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial".

Na madrugada do dia 22 de janeiro de 2012, uma medida judicial decretou a reintegração de posse das terras do Pinheirinho, que abrigava em torno de 1.700 famílias. A desocupação, operada sem aviso prévio, por dois mil homens da tropa de choque da Polícia Militar, repercutiu no cenário nacional e internacional, tanto na imprensa quanto em organismos multilaterais (THE GUARDIAN, 2012; BBC, 2012). Após cinco anos da desocupação, passando por diversas moradias transitórias onde sofreram outras violências, iniciou-se o reassentamento das famílias para a franja periférica urbana, expandida por meio de um conjunto habitacional com 1.461 casas. Que cidades portam em si e constroem, por meio de suas memórias, os jovens que vivenciaram esse processo?

Pode-se dizer que as cidades só existem pelas pessoas que as habitam. Todos os dias milhões de pessoas saem de suas casas em direção aos seus trabalhos e reforçam a cadeia produtiva essencial à manutenção das cidades. Essas pessoas mantém as cidades vivas, formando redes de convivência que acompanham o ritmo cada vez mais frenético que as cidades modernas impõem, e guardam suportes de memória estruturados pelas relações que estabelecem com os espaços urbanos onde circulam e compartilham experiências.

Para Halbwachs (2013, p.13), a aventura pessoal da memória está ligada à sucessão de acontecimentos individuais, resultantes de mudanças que ocorrem nas nossas relações com os grupos a que pertencemos e nas relações que se estabelecem nesses grupos. Assim, "a consciência jamais está encerrada em si mesma":

> Somos arrastados em inúmeras direções, como se a lembrança fosse uma baliza que permitisse nos situarmos em meio da variação constante dos contextos sociais e da

> experiência coletiva histórica. Isso talvez explique porque razão, nos períodos de calma ou de momentânea imutabilidade das "estruturas" sociais, a lembrança coletiva tem menos importância do que em períodos de tensão ou de crise (HALBWACHS, 2013, p. 13).

Para Halbwachs (IDEM), as memórias se dividem em memória interior (pessoal) e exterior (social), intrinsecamente relacionadas. Desse modo, as memórias dos habitantes de um lugar estão ligadas às memórias do próprio lugar, às histórias, acontecimentos e paisagens a ele relacionadas. As imagens espaciais desempenham relevante papel na memória coletiva, uma vez que "o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras" (HALBWACHS, 2013, p.159).

Refletir sobre o lugar ocupado pelas populações vulneráveis nas cidades brasileiras leva, necessariamente, à história da lógica que permeou a colonização e o posterior processo de urbanização do Brasil. Passada a exploração do Novo Mundo por meio da coleta das riquezas vegetal e animal, presente nas matas ao longo da costa brasileira, em vasta extensão no sentido norte-sul, a concessão de sesmaria possibilitou condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura, atividade que asseguraria a posse do imenso território e possibilitaria uma base econômica mais ampla e estável.

As sesmarias, que num primeiro momento eram terras doadas pela coroa aos "amigos do Rei" foram, posteriormente, transformadas em privilégios de algumas famílias. A terra foi, prematuramente na história do país, percebida como um bem a ser conquistado, cuja moeda de troca estava assentada nos favores prestados e na proximidade com as instâncias do poder. Mota (2012, p.29) explica que,

> ao longo de três séculos da história da América portuguesa, as cartas de Sesmarias transformaram-se em documentos jurídicos de propriedade particular da terra (...) do que se poderia caracterizar como uma concessão política da terra (...) e visualizar o processo de institucionalização de uma mentalidade proprietária incipiente.

Decorridos mais de cinco séculos, observa-se a perpetuação dessa lógica, que concede benefícios aos segmentos próximos ao poder, seja ele econômico ou político. A terra, transformada em produto de mais valia, permanece explorada e usada como moeda de troca para atender aos interesses de quem detém esses poderes, em detrimento das necessidades das pessoas que compõem a maior parte da população. Não raro assistimos a disputas de terras que se transformam em palco de conflitos e violência, confrontando interesses de grupos e sistemas cuja apropriação da terra tem finalidade econômica, seja de exploração ou de especulação imobiliária, ao interesse social de populações vulneráveis, pobres, sem terra, sem teto, em busca de seus direitos. Essas práticas levam à perpetuação do processo de exclusão e segregação social e espacial observado nas cidades brasileiras.

Esse não é o foco principal deste artigo, porém compõe, com outros elementos como a função social da propriedade, a regularização fundiária, o uso social do solo, os direitos sociais à moradia e às cidades, todos garantidos pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto da Cidade, o cenário para a compreensão das questões envolvidas nos processos de reintegração de posse. Sabe-se que tais processos, na forma como vem sendo conduzidos, têm violado tais direitos, conforme denunciado pela pesquisadora e urbanista Raquel Rolnik (2012, CADERNO C, p.9):

> O grande pano de fundo é que não se remove pessoas de suas casas sem que uma alternativa de moradia adequada seja previamente equacionada, discutida em comum acordo com a comunidade envolvida. Não pode haver remoção sem que haja essa alternativa.

Rolnik (IDEM), salienta que além do acordo com a comunidade envolvida, que inclui a informação

antecipada de todo o processo, com dia, hora e forma que a remoção será feita, para onde a população será encaminhada, etc., nenhuma remoção pode deixar a pessoa sem teto, ou impor à pessoa uma condição pior do que a que se encontrava.

A despeito da singularidade do evento no bairro do Pinheirinho, há muito em comum entre esse processo específico e outros ocorridos em metrópoles brasileiras, como as remoções feitas para execução de obras nos eventos da Copa do Mundo e nas Olimpíadas no Rio de Janeiro, e na "cracolândia" em São Paulo (ROLNIK, 2012).

O Espaço como substrato das memórias individuais e sociais

A desocupação ocorrida em São José dos Campos está presente na memória coletiva local e estará, certamente, em sua memória histórica. No entanto, o episódio pode e será contado de formas e aspectos diferentes, dependendo do narrador. A história oral tem sido utilizada para evitar o apagamento das vivências dos sujeitos que sofreram as consequências de um episódio trágico e não tiveram a oportunidade de escrever sua história. Segundo Pollak (1989), a história pode sofrer abalos, mas

> o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p.5).

Como salienta o autor (IDEM, p.6), uma escuta qualificada possibilita às pessoas relatarem seus sofrimentos e compartilharem suas lembranças. O sofrimento não se limita às trajetórias de vida individuais, mas se materializa, é modificado e modifica o espaço em que ocorre, a cidade. O psicólogo James Hillman, tratando da 'Cidade e Alma', observa que a psicologia não está ou, pelo menos, não deveria estar descolada da vida cotidiana:

> Parece presunçoso para um psicólogo, um analista que trabalha com a alma, abordar o tema da cidade (...). Ainda assim, é precisamente a rua aquilo que adentra o consultório (...) nosso trabalho é com pessoas da cidade, e a cidade está na alma de nossos clientes (...) (HILLMAN, 1993, p.37).

O autor reflete sobre a influência das tensões da vida urbana nas doenças psíquicas, lançando a ideia de que há uma "alma" em todas as coisas, e de que essas coisas inseridas na vida urbana tem uma importância psicológica, uma "memória emotiva":

> Experiências emocionais: coisas que importaram para você em sua própria vida, coisas importantes para a comunidade, sua história. Temos memórias emotivas em nossas cidades através de parques históricos, estátuas de personalidades, memórias de guerra, a tradição dos fundadores. A cidade, então, é uma história que se conta para nós à medida que caminhamos por ela (...) (HILLMAN, 1993, p.39).

Sobre o conceito de memória coletiva, Halbwachs (2003, pg.157) ressalta:

> até fora dos casos patológicos, quando algum acontecimento também obriga a que

> nos transportemos a um novo ambiente material, antes que a ele tenhamos nos adaptado, atravessamos um período de incerteza, como se houvéssemos deixado para trás toda a nossa personalidade.

A intenção deste trabalho, de caráter qualitativo e exploratório, é, portanto, refletir sobre as memórias individuais e coletivas relacionadas aos espaços vividos, por meio das vozes de jovens (participantes da pesquisa) que, em tenra idade, vivenciaram a dolorosa experiência de expulsão do espaço em que viviam.

Para esse fim, foram realizados quatro encontros temáticos por meio de grupo focal com o objetivo de conhecer as memórias construídas e silenciadas a partir da narrativa de 16 jovens, meninas e meninos, entre 15 e 17 anos. Buscou-se rastrear os percursos vividos pelos jovens desde a desocupação do "antigo Pinheirinho", passando pelos espaços das moradias transitórias por 4 anos e 11 meses, até o presente momento (2018), quando foram fixados em seus novos lares, no Condomínio Residencial Pinheirinho dos Palmares, no extremo sudeste do município de São José dos Campos, SP, espaço que a literatura convencionou chamar de não-lugar (AUGE, 1994). A amostra foi pautada por intencionalidade e a entrada no campo foi mediada por uma moradora e ativista social, integrante do Projeto Sementes do Pinheirinho e do MUST (Movimento Urbano Sem Teto). Além da pesquisa com os jovens, foram realizadas entrevistas com cinco mães e uma integrante do Movimento Social por Direito à Moradia.

Foram utilizadas diferentes técnicas, instrumentalizadas pela metodologia da história oral, para evocar memórias e estimular o compartilhamento das vivências territoriais nos espaços e tempos que conformam o objeto desta pesquisa.

Aos procedimentos metodológicos referentes aos registros de memória foram acrescidas a pesquisa documental e bibliográfica, a observação participante e o registro fotográfico.

A desocupação do Pinheirinho

Na madrugada do dia 22 de janeiro de 2012, uma medida judicial decretou a reintegração de posse das terras do bairro Pinheirinho. Desde 2004, a área de 1,3 milhão de metros quadrados, localizada na zona sul de São José dos Campos, na fronteira com o município de Jacareí, passou a ser ocupada por famílias provenientes de diversas regiões, totalizando, na ocasião da desocupação, em torno de 1.700 famílias.

Portadores de memórias comuns, a concentração dessa população na região sul da cidade e o apossamento de terras denunciou como as políticas públicas no Brasil, em especial as relacionadas à habitação, estão longe de resolver os problemas da grande maioria da população desprovida das condições necessárias para uma vida digna e do atendimento aos seus direitos fundamentais. Maricato (2009) alerta que o Programa Minha Casa Minha Vida, apesar de sua relevância como política pública, não resolveu questões como o estatuto da propriedade fundiária e não conseguiu garantir a função social da propriedade.

A área ocupada em São José dos Campos sofreu processo de reintegração e o Pinheirinho retornou à massa falida da empresa Selecta, de propriedade do empresário Naji Nahas que, à época, possuía uma dívida com o município referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano de R$ 16,4 milhões. A área foi levada à leilão pela justiça em 15 de agosto de 2012, por 187 milhões de reais (Suave, p.97).

Durante o período de oito anos de existência da ocupação do Pinheirinho, as pessoas organizaram uma comunidade e construíram naquele espaço, as suas vidas, suas moradias, firmaram seu trabalho, sua família, solidificando o espírito de coletividade, como narrou a Entrevistada nº 4 (2018):

> Meu marido ficou desempregado e foi o meio que a gente encontrou. Porque ali o povo do Pinheirinho ajudava todo mundo, eles abrigavam todos e procuravam ajudar (...) Eu fui abraçada pelo pessoal do Pinheirinho (...) Aí teve a desocupação que foi muito cruel a maneira como eles trataram.

Desucupação do Pinheirinho. 2012 Fonte: Rosevelt Castro/Agência Reuters.

No dia da desocupação as famílias foram despertadas em torno das cinco horas da manhã, pela ação inesperada e truculenta da Polícia Militar, que contava com um aparato de dois mil homens, armados com bombas de efeito moral, balas de borracha e gás de pimenta. A população do Pinheirinho já havia resistido por várias vezes a abandonar o local e a reivindicação da comunidade - organizada em torno do Movimento Unificado Sem Teto (MUST), que possuía lideranças na própria comunidade, era de tentativa de regularização e permanência no bairro. Há dias, os moradores estavam sofrendo ameaças de reintegração, mas haviam obtido uma liminar judicial que lhes garantia 15 dias sem a intervenção (SUAVE, 2016). No entanto, tal medida não foi respeitada, e a força militar empregada naquela manhã obrigou as famílias a se retirarem às pressas, deixando para trás suas vidas construídas ao longo de oito anos naquele espaço, que a partir dali deixaria de existir fisicamente.

O espaço compartilhado e as lembranças daquela comunidade passariam a ser, a partir daquela data, memórias individuais e coletivas da população diretamente afetada e a fazer parte da memória histórica da cidade. A memória coletiva dos moradores, relacionada ao antigo espaço, permeia a construção das moradias, como nos permite entrever a Entrevistada nº 2:

> Meu marido foi construindo a casa devagar (...). Aí a gente venceu a primeira etapa. Construiu um casão, enorme, muito bonita a casa. Mas com pouco tempo veio a derrota. Aí veio a destruição, a gente perdeu tudo (ENTREVISTADA nº 2, 2018).

Projetado no cenário nacional e mundial (THE GUARDIAN, 24/01/2012; BBC, 25/01/2012), o episódio

do Pinheirinho ganhou os espaços das mídias, sendo noticiado como um dos mais trágicos do Brasil. Evidenciou-se, por meio das imagens e dos relatos veiculados, o despreparo do setor público para tratar questões sociais dessa natureza.

A população foi retirada à força naquela manhã, obrigada a abandonar suas casas e seus pertences. Sem destino, as famílias do Pinheirinho (incluindo animais de estimação) foram apartadas de suas relações sociais, inspiradas nas histórias comuns que fizeram daquele espaço uma comunidade, como definida por Bauman (2003, p.7): "As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra "comunidade" é uma dessas". O autor define comunidade como algo que traz em si a sensação de proteção e segurança, de conforto e aconchego. Com a ação repressiva, o despejo da população do Pinheirinho foi efetivado e na mesma noite suas casas foram demolidas. A memória do lugar passaria a ser produto da abstração.

Entre tantas imagens e depoimentos que falam por si, alguns foram selecionados para provocar a empatia e auxiliar na reflexão sobre essa contraditória relação da cidade com seus habitantes: "Eles pensam que a gente não somo humano"[1] "Não temo pra onde ir"; "O Pinheirinho é nosso"; "Eles (policiais) chegaram que nem ratos na madrugada"; "Aqui a gente trabalha todo dia, não somo vagabundo"; "Corremo pra guardar as criança na igreja" (TV O VALE, 16/12/12).

As entrevistadas, mães dos jovens participantes do grupo focal, guardam a memória da apressada e violenta separação de seu lugar:

> A gente tirou só algumas coisas só. Que foi roupa e duas televisão só que tirou e o restante foi tudo perdido. Porque não tinha condições de tirar e eles não tava dando tempo de tirar as coisa. A casa foi derrubada com as coisa dentro. Eu fiquei horrorizada com aquilo. Foi uma violência (ENTREVISTADA nº 2);
>
> Que as polícia quando chegaram, eles mandaram a gente sair pra fora. A gente saiu. Ele mandou os homens tudo na parede com a mão atrais da cabeça, aí eu tava com os menino pequeno (...). Eu peguei uma malinha que tinha com os documentos (...). Quando nós saímos, não entrava mais, não deixava a gente entrar lá dentro (ENTREVISTADA nº 5, 2018).

No primeiro encontro com os jovens, as palavras evocadas ao se remeterem a esse dia, foram: "humilhação", "desespero", "terror", "machucado" e "dor". Um deles conta que o pai teve a perna atingida por estilhaços e que as lesões, infectadas, o impediram de trabalhar por algum tempo. Ressaltaram que nenhuma dessas agressões foi resposta a suas resistências, sobretudo porque foram pegos de surpresa, sem tempo para evitar a ação violenta da polícia. As lesões e agressões, segundo os jovens, foram por "maldade" ou "covardia mesmo" (GRUPO FOCAL, 2018). Segundo Hillman (1993, p.39), "chama a atenção para a alma a experiência emocional da tragédia. A cidade como um *memento mori,* com lugares que nos lembram a morte". E o autor nos alerta sobre a necessidade da alma ser cuidada tanto na vida pessoal quanto na comunidade: "O bárbaro é aquela parte em nós com a qual a cidade não fala, aquela alma em nós que não encontrou um lar em seu meio" (HILLMAN, 1993, p. 42).

Após o ocorrido, as famílias passaram um período intermediário em abrigos improvisados pela Prefeitura Municipal, onde todos, homens, mulheres, crianças, idosos, incluindo pessoas com deficiência, permaneceram, por semanas, em condições precárias. Segundo os relatos: "não sou acostumada a viver assim que nem bicho, gente pra tudo que é lado (...) tem gente doente, (...) deficiente físico, tem criança, tem idoso" *(*TV O VALE, 16/12/2012). Como enfatizou Rolnik (2012), não

[1] Optou-se por manter na íntegra a fala dos participantes.

houve acordo prévio e, durante cinco anos, a situação da população removida piorou, como se observa pelo relato de outro morador sobre o período em que estiveram nos abrigos provisórios: “ontem não tinha água no banheiro (...) e aí eu pergunto assim: essa era a infraestrutura que tinha pra tirar nóis de lá?” (TV O VALE, 16/12/2012).

Gradativamente, as pessoas foram inseridas no Programa de Aluguel Social, parceria dos governos do estado e do município, iniciando outra longa saga. Devido à grande procura por imóveis na região e também, segundo moradores, em função do preconceito em relação à população do Pinheirinho, os preços dos imóveis foram aumentados e o que as famílias recebiam do benefício (quinhentos reais), destinados para o aluguel, não era suficiente. Cada família, à sua maneira, tentou conseguir ‘um canto’ para se alojar. Os relatos mostram a continuidade do desamparo a que estavam expostas:

> eu falei pra ele (o marido), vamo fazer o seguinte: vamo pegar o dinheiro, vamo comprar plástico, vamo fazer uma barraca perto dum pasto e vamo morar com as criança. Pelo menos a gente não vai ficar na rua. Aí uma senhora, numa chácara, falou que tinha um espaço que era o galinheiro dela. Aí ela desativou o galinheiro, ele limpou tudo, e arrumou. Aí meus ex-patrão, que eu tinha perdido o serviço, viram o que aconteceu. Ajudou, comprou cimento, e ele limpou. Aí a gente entramo dentro desse galinheiro. Aí fez um banheirinho, até conseguir alugar uma casa (ENTREVISTADA nº 4, 2018).

Percebe-se, nas falas, a necessidade de lugares na cidade para o corpo, como enfatiza Hillman (1993, p.41): “lugares onde os corpos possam se ver uns aos outros, encontrar-se... Isso enfatiza a relação do corpo com a vida diária da cidade”. Certamente, a memória é um instrumento de análise do tempo que permite, àqueles que se debruçam ao estudo do espaço, refletir sobre o que as cidades têm dito do homem e para o homem e o que os homens carregam na memória de suas marcas.

A NOVA MORADA: RESULTADO DA LUTA SOCIAL

Em 22 dezembro de 2016, as famílias oriundas do processo de desocupação do Pinheirinho, ocorrido em janeiro de 2012, adentraram suas novas moradas, adquiridas por meio do Programa “Minha Casa Minha Vida”, convênio firmado entre as gestões municipal e o governo federal da época, incluindo um aporte do governo do estado. Os habitantes do “antigo Pinheirinho”, após quatro anos e 11 meses, voltaram a compartilhar o mesmo espaço. Esse novo bairro, denominado Condomínio Residencial Pinheirinho dos Palmares II, foi construído em uma região periférica da cidade, a 15 km do centro urbano, e desprovido de equipamentos públicos como unidades de atendimentos social e de saúde, escolas de ensino médio, assim como de outros serviços e comércios em suas proximidades.

No novo condomínio, na ocasião da mudança, havia somente uma construção provisória de uma escola do ensino fundamental. Em 2018, além da mesma escola, pois a definitiva ainda permanece em construção, foi inaugurada uma creche que inicialmente foi prevista para atendimento integral, no entanto, se transformou em regime parcial.

Porém, apesar da distância e das dificuldades, o sentimento que sobressai, colhido nos relatos e, observados no campo, é o de realização de um sonho conquistado por meio de muita luta e organização: “aí a gente foi dia 20 de dezembro e ficamo lá (na porta da Prefeitura) dia 21, dia 22. E dia 22 nós pegou a chave (...). Até a gente chorou, se emocionou” (ENTREVISTADA nº 3, 2018). No período intermediário, entre a desocupação do Pinheirinho e a mudança para o Pinheirinho dos Palmares, os moradores se mantiveram em contato, por meio do MUST - Movimento Urbano Sem Teto, realizando assembleias periódicas e sistemáticas para acompanhar os passos da formação do bairro e a construção

das casas, fiscalizando, debatendo, e por meio das lideranças do movimento, levando suas decisões e exigências ao poder público, conforme depoimento de uma das mães:

> Quando a gente se reunia, ia todo mundo e saía em marcha. Eu achava muito bonito aquele povão na rua. Porque a gente se sentia grande, apoiado um no outro. No mundo a gente sozinho não é nada. Mas põe uma multidão acompanhado no mesmo ideal, lá a gente tinha o mesmo sangue (...) a gente fica forte (ENTREVISTADA, nº 3, 2018).

A mudança, com a construção das casas ainda inacabadas, se deu pela pressão dos moradores junto à Prefeitura, uma vez que estava prevista a substituição da gestão municipal em janeiro de 2017, e eles temiam não receberem suas casas, optando por adentrá-las nas condições em que se encontravam.

As análises parciais do trabalho de campo revelaram, em especial nas falas das mães dos jovens, que o sofrimento vivido foi recompensado por terem hoje um teto para morar, sem o medo de serem retiradas e ficarem de novo desabrigadas. Demonstraram clareza e convicção de que essa conquista foi fruto da luta e organização dos moradores: "e muitas coisas eu aprendi lá dentro (no Movimento). Porque às vezes a gente já acha que é entendido e lá dentro a gente vai acompanhando o crescer do Movimento, o parecer, a gente vai tendo um aprendizado" e fala orgulhosa sobre a nova morada: "ah, é um sonho realizado" (ENTREVISTADA nº 3, 2018).

COM A VOZ, OS JOVENS

Muitos aspectos e reflexões seriam pertinentes de serem explorados em função da complexidade do tema e da riqueza das experiências vividas, porém à luz do referencial teórico escolhido, podemos refletir sobre quais memórias ficaram desses acontecimentos. É bastante provável que sejam várias e distintas, entre elas, as memórias de habitantes da cidade que acompanharam os fatos pelas mídias televisivas, pelo único jornal local e pelas redes sociais; as memórias das pessoas de outras partes do Brasil e do mundo por onde circularam as notícias e as imagens; as memórias de parte da população do município que se sensibilizou e de alguma maneira ousou se aproximar, possibilitando enxergar de forma mais particular o que aquelas pessoas estavam vivendo; as memórias de profissionais que tiveram contato naquele período com as famílias e é provável que outras e diferentes, serão as memórias das autoridades que, pautadas em algumas leis, em detrimento de outras, tomaram suas decisões naquele episódio da reintegração.

Michael Pollak (1989) ao falar sobre o enquadramento da memória diz que a referência ao passado mantém a coesão dos grupos e das instituições e assim define tanto o lugar e complementaridade desses grupos, como suas oposições.

Neste artigo, as memórias reveladas são dos jovens, meninos e meninas, e de suas mães, moradores do antigo Pinheirinho, cidadãos e cidadãs dessa próspera e tecnológica cidade paulista, que viveram na própria pele as aflições daqueles dias, semanas, meses e anos que se seguiram à reintegração de posse.

Pelas análises parciais da pesquisa de campo, as memórias desses jovens estão carregadas de sentimentos diversos, numa primeira vista até contraditórios, recheadas de histórias de quem pouco viveu, mas em quem a cidade já cunhou marcas profundas. Demonstram saudades dos tempos em que viveram no "antigo Pinheirinho", como se referem ao local, cuja lembrança causa uma descontração geral no grupo, um relaxamento, sorrisos se abrem, e eles dizem: "era bom, tranquilo, seguro (...) a vida era boa (...) e tinha mais união" (GRUPO FOCAL, 2018). As lembranças do dia da desocupação, entretanto, foram traduzidas em palavras como "terror" e "desespero".

Conta um jovem que já havia saído de madrugada, em companhia do irmão, mãe e padrasto, para trabalharem na feira do bairro vizinho, que no caminho viram a movimentação, os helicópteros e as tropas de choque passando. Recordou o desespero da mãe que havia deixado a filha mais nova em casa sob os cuidados. Após convencerem os policiais, argumentando que a filha pequena se encontrava lá, deixaram-na entrar rapidamente, e então pegaram apenas alguns objetos pessoais e saíram. O jovem relembrou também os tratores "derrubando tudo no chão" (GRUPO FOCAL, 2018).

Das moradias transitórias recordam que era difícil alugar porque eram muitas pessoas buscando casas na região e os preços subiram, além do preconceito por parte dos proprietários, por serem moradores do Pinheirinho. Alguns foram acomodados em improvisados cantos de pequenas casas de parentes ou amigos, e sentiam o peso que representavam para famílias, como eles, de parcos recursos, como relata um dos jovens: "Ficar no fundo da casa, incomodando, é engolir farinha seca" (GRUPO FOCAL, 2018).

Sobre a nova morada, os jovens falam com satisfação e inquietudes: "para nós aqui é tranquilo. Muito mais tranquilo que na zona sul" (...); "aqui as pessoas já se sentem à vontade, tem a casa e acham que não falta nada. Mas falta tudo – escola, UBS, transporte..." (GRUPO FOCAL, 2018).

Falam também dos estigmas que ainda carregam por serem oriundos da ocupação do Pinheirinho: "As pessoas ficam com medo e se afastam, se a gente fala que é daqui"; "se acontece alguma coisa, algum crime em outro bairro, falam que foi aqui dentro", denunciando uma separação espacial, emitida na fala, entre a vida "aqui dentro" e a vida "lá fora" (GRUPO FOCAL, 2018).

De acordo com Michael Pollak, "nas lembranças mais próximas, aquelas de que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores (POLLAK, 1989, p.11). Essa memória afetiva, sensorial, nos remete ao trecho da obra Em busca do tempo perdido de Marcel Proust (2006), em que o autor faz menção à força com que as memórias, uma vez resgatadas do subterrâneo onde se encontravam, arremessa às experiências vividas,

> (...) quando mais nada subsiste de um passado remoto, após a morte das criaturas e a destruição das coisas, sozinhos, mais frágeis, porém mais vivos, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, o odor e o sabor permanecem ainda por muito tempo, como almas, lembrando, aguardando, esperando, sobre as ruínas de tudo o mais, e suportando sem ceder, em sua gotícula impalpável, o edifício imenso da recordação (PROUST, 2006, p.73 e 74).

Para além da beleza poética dos autores, porém usando a abordagem por eles possibilitada, no caso Pinheirinho cabe uma profunda reflexão sobre o impacto dessas experiências e memórias na vida desses(as) jovens. Memórias repletas de significados, como o exemplo de uma jovem que ainda hoje (2018), quando ouve o barulho de avião ou de fogos de artifício, entra em pânico, "o coração dela acelera, as mãos transpiram, e se estiver na rua, ela entra em qualquer lugar pra se esconder" (ENTREVISTADA Nº 3, 2018), porque a remete à invasão da polícia, no dia da desocupação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências relatadas permitem refletir a respeito das memórias individuais, coletivas e históricas resultantes desses processos vivenciados pelos (as) jovens e mães, e a importância de sua representação social quando se pretende pensar a relação entre a cidade e as pessoas que nela habitam.

As memórias documentadas e os resultados parciais da pesquisa – realizada com os jovens do

Pinheirinho dos Palmares e com algumas mães –, à luz dos referenciais teóricos abordados, permitem constatar que é na relação intrínseca entre a cidade e seus habitantes que se dá a construção da vida das pessoas e a própria alma da cidade, tal qual concebe Hillman, com as composições das histórias, paisagens e vidas. Não raro, presenciamos a negligência da administração pública às populações mais vulneráveis socialmente, aquelas desprovidas de recursos para enfrentar os desafios urbanos.

As desigualdades e injustiças sociais estão relacionadas a fatores como a política, o mercado, o capitalismo, a globalização, a cultura, etc., mas é nas cidades que as pessoas estão, onde elas vivem, e com a qual possuem uma relação mútua de dependência e cumplicidade. É nesse lugar que elas constroem suas vidas, lugar que lhes pertence por direito, mas de onde são, por vezes, alijadas. A partir disso, cabe refletir sobre as memórias relativas ao episódio analisado, que foram guardadas pelos jovens do Pinheirinho e suas mães, e quais delas serão preservadas pela sociedade e pela história da cidade.

Como exposto no início deste artigo, após quase cinco anos, as famílias receberam suas casas em um conjunto habitacional, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), situado na periferia da cidade, denominado Condomínio Residencial Pinheirinho dos Palmares II. O espraiamento residencial desprovido de infraestrutura de serviços e equipamentos urbanos reforça a trajetória histórica de segregação socioespacial: as populações de baixa renda das cidades de médio e grande porte permanecem à margem dos bens e serviços gerados nessas cidades, e as políticas habitacionais não têm conseguido reverter a marca histórica das cidades brasileiras.

A pesquisa convida a pousar o olhar nas cidades, no sentido descrito por J. Hillman (1993, p.28): “respeitar é simplesmente olhar de novo, *respectare,* esse segundo olhar com o olho do coração”, tentando compreender essa dinâmica entre a cidade viva que se transforma constantemente e que marca a trajetória histórica da cidade e de seus habitantes. Buscando enxergar a alma de todas as coisas, como nos incita o autor: “restauramos a alma quando restauramos a cidade em nossos corações individuais, a coragem, a imaginação e o amor que trazemos para a civilização” (1993, p.38).

Ao refletir sobre as cidades, suas realidades contraditórias e suas memórias, sob o prisma dos autores que fundamentaram o olhar neste trabalho, cada um, a seu modo e estilo, as interpreta como uma rede complexa, dinâmica e instigante. Somos provocados, com urgência, a repensá-las, e reinterpretá-las. Resta-nos “olhar de novo”, avaliar e conjecturar, a fim de escutá-las e, sobretudo, pensar formas de inclusão daqueles que foram, de certa forma, atraídos e ao mesmo tempo excluídos por elas.

Esse artigo trouxe o episódio de uma violenta desocupação urbana ocorrida na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo, região Sudeste do país, sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Uma cidade de médio porte, próspera, reconhecida por sua relevância no campo da tecnologia, berço de empresas e de renomados institutos de pesquisa na área. Reconhecida também por sua beleza, e por receber pessoas de várias origens, do Brasil e do exterior, que vieram para essa terra, construíram suas vidas, contribuíram com sua força de trabalho, e que são referendadas por terem feito com que a cidade se tornasse o que é.

No entanto, essa mesma cidade que, em teoria dispõe das condições favoráveis de desenvolvimento, na prática carece de programas de políticas públicas habitacionais cuja negligência marcou, na memória coletiva, a violenta forma como a administração pública tratou as reivindicações por acesso à moradia. O episódio da desocupação do Pinheiro tem sido o *modus operandi* utilizado pelo Estado brasileiro, para resolver as contradições e desigualdades, cunhadas pelas marcas e cicatrizes de sua ausência, promovendo sobreposição das camadas privilegiadas em suas paisagens e nas vidas de seus habitantes.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, M. Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade. Campinas: Papirus,

BBC NEWS Artigo publicado em 25 de janeiro de 2012. Disponível em: https://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-16716788. Acesso em: outubro de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade e Legislação Correlata*. – 2ª Ed., atual – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*: a busca por segurança no mundo atual. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Título original "Le città invisibili" - Tradução de Diogo Mainardi – Biblioteca Folha, 1972.

Documentário "*Pinheirinho, a história real*", TV O Vale, https://youtu.be/S5rezgxdPC0, 16/12/2012.

FUNDAÇÃO SEADE. Perfil dos municípios paulistas. Disponível em http://www.seade.gov.br. Acesso em: outubro de 2018.

GINJO, Milena de Mayo. *Pinheirinho*: Um estudo de caso para pensar as interfaces do direito à moradia adequada. In: CONPEDI/UFPB. (Org.). Direitos sociais e políticas públicas. Florianópolis, 2014.

GOMES, Natascha Alexandrino de Souza; Angelucci, Paola Durso; Almeida, Lauren Canuto Vianna de. Análise do caso Pinheirinho frente à violação do direito fundamental social à moradia. In *Anais do II Seminário Internacional de Direitos Humanos e Empresas*, 2015. Disponível em https://seminariosinternacionaisdireitoshumanoseempresas.files.wordpress.com/2015/10/pdf-artigo-completo-análise-do-caso-pinheirinho-frente à do-direito-fundamental-social-c3a0-moradia-1.pdf Consulta em 14/09/2018

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou.2ª Ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HILLMAN, James. *Cidade e Alma*, 1926. Coordenação e tradução de Gustavo Barcellos e Lúcia Rosenberg, SP, 1993.

MARICATO, Ermínia. O "Minha Casa" é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. *Carta Maior* (disponível em HTTP://cartamaior.com.br), 2009.

MOTA, M. Sarita. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa, *Saeculum* – Revista de História, João Pessoa, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989.

PROUST, Marcel. *Em busca do tempo perdido* – Vol.1 – No caminho de Swann, 1913. Tradução de Mário Quintana, 2006.

ROLNIK, R. Entrevista concedida à Folha de São Paulo, publicada em 27/01/2012, sobre o Pinheirinho e a questão das remoções no Brasil. https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/01/27/pinheirinho-nao-e-um-caso-isolado/. Acesso em: outubro de 2018.

SPINK, Mary Jane. *Textos em representações sociais*. Editora Vozes, Petrópolis, 2016.

SUAVE, Angela Michele. *No caminho para o direito a cidade*: reconfiguração sociopolitica do movimento Pinheirinho, SJC 2011- 20115. Tese de Doutorado, PUC SP, 2016.

THE GUARDIAN International edition, artigo publicado em 24 de janeiro de 2012. https://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2012/jan/24/brazil-pinheirinho-eviction-inspiration

ZANETTI, Valéria. *Cidade e Identidade*: São José dos Campos, do peito e dos ares. São Paulo: Annablume, 2010. 212p.